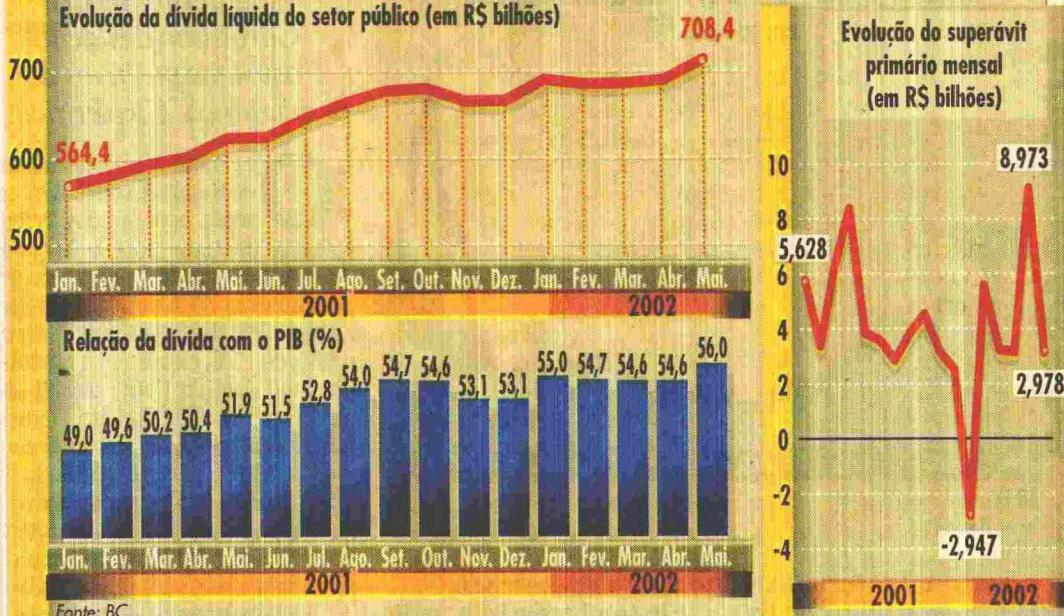


MAIS DÍVIDA, MENOS SUPERÁVIT



Fonte: BC

Dívida atinge 56% do PIB em maio

Para Altamir Lopes,
do BC, relação
deve aumentar para
58% neste mês

YANIA CRISTINO

BRASÍLIA - A dívida líquida do setor público atingiu, em maio, o ponto mais alto de toda a sua história, chegando a R\$ 708,454 bilhões, o equivalente a 56% do Produto Interno Bruto (PIB). O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, advertiu que a relação dívida/PIB poderá aumentar. Em junho, deverá ultrapassar os 58% do PIB, principalmente por causa da desvalorização cambial, que até ontem já acumulava 13% no mês. "É muito alto, sem dúvida", disse Lopes.

De abril para maio, também por causa da depreciação do real em relação ao dólar, a dívida cresceu R\$ 23,8 bilhões. Lopes disse que o efeito câmbio provocou a elevação em R\$ 20,6 bilhões. O aumento restante foi por causa dos juros. A variação brusca do câmbio tem forte impacto sobre a dívida, disse Lopes, porque quase 40% da dívida total do País é atrelada a moeda estrangeira.

Nesses 40% está computada a dívida externa, que hoje representa 11% do total. Sobre a dívida interna, o câmbio produz efeito em 28% do total.

Mesmo considerando a trajetória de alta, que tem assustado os investidores estrangeiros e contribuído para a turbulência do mercado interno, o chefe do Depec afirmou que a dívida lí-

quida do setor público, no atual estágio, não é explosiva. "Não estamos em trajetória explosiva." Ele ponderou que o seu crescimento recente deve-se quase exclusivamente à desvalorização do real. "Não é razoável supor que essa situação vá perdurar para sempre", alegou Lopes. Ele argumentou que no ano passado ocorreu a mesma coisa, ou seja, uma súbita depreciação do real, que depois se reverteu e provocou o abatimento da dívida.

Lopes disse que os investidores estrangeiros sabem diferenciar uma trajetória de dívida explosiva do que está ocorrendo hoje com a elevação da dívida brasileira. "Parte do crescimento da dívida se deve ao reconhecimento de esqueletos (dívidas preexistentes, mas não reconhecidas) que tiraramos do armário", afirmou. Segundo Lopes, esses "esqueletos" que vêm sendo incorporados ao estoque da dívida desde 1995 somam R\$ 103,206 bilhões. "Não é pouca coisa", disse, explicando que sobre eles também incidem juros não considerados nessa simples soma.

Para o chefe do Depec, o cenário para a dívida não é assustador. Muito pelo contrário. Procurando tranquilizar o mercado, Lopes disse que para estabilizar a dívida no atual patamar basta o governo obter um superávit primário de cerca de 2%. Isso, é claro, considerando uma taxa de câmbio real constante, da qual se tira a inflação interna e adiciona a externa, e

não a taxa sobrevalorizada de agora. Para que a trajetória da dívida seja descendente em relação ao PIB, o governo precisa continuar produzindo superávits primários da magnitude do atual, ou seja, entre 3,5% e 4% do PIB. Com isso, como já garantiu antes o ministro Pedro Malan, a relação dívida/PIB estará em 46% em 2010.

Superávit - Em maio, o setor público consolidado, que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência, além de Estados, municípios e estatais, obteve um superávit primário de R\$ 2,978 bilhões, o menor desde o início do ano. O superávit de maio foi bastante inferior ao de abril, de R\$ 8,973 bilhões e também é inferior ao de maio de 2001, de R\$ 3,706 bilhões.

'NÃO ESTAMOS EM TRAJETÓRIA EXPLOSIVA'

Altamir Lopes explicou que o superávit de abril foi elevado por causa da arrecadação alta, provocada pelo ajuste anual do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Contribuiu para o superávit de maio o resultado positivo obtido pelos governos estaduais, de R\$ 1,327 bilhões.

Segundo Lopes, é o melhor resultado de toda a série histórica iniciada em 1991, e também foi resultado da elevação das transferências da União para os Estados. Em maio, além da Previdência Social, que registrou déficit de R\$ 1,072 bilhão, também foi deficitário o comportamento das estatais federais, com déficit de R\$ 258 milhões.